

Lima, Sandra Kitakawa; Galiza, Marcelo; Valadares, Alexandre Arbex; Alves, Fabio

Working Paper

Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil

Texto para Discussão, No. 2538

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Lima, Sandra Kitakawa; Galiza, Marcelo; Valadares, Alexandre Arbex; Alves, Fabio (2020) : Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil, Texto para Discussão, No. 2538, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/240733>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

2538

**PRODUÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS
ORGÂNICOS NO MUNDO E NO BRASIL**

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**Sandra Kitakawa Lima
Marcelo Galiza
Alexandre Valadares
Fabio Alves**



PRODUÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO MUNDO E NO BRASIL

Sandra Kitakawa Lima¹

Marcelo Galiza²

Alexandre Valadares³

Fabio Alves⁴

1. Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

2. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Disoc/Ipea.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea.

4. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Disoc/Ipea.

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2019

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: JEL: Q13

SUMÁRIO

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO	7
2 A PRODUÇÃO DE ORGÂNICOS NO MUNDO	10
3 O CONSUMO DE ORGÂNICOS NO MUNDO	19
4 A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO BRASIL	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	39

SINOPSE

Este estudo objetiva delinear o panorama atual da produção e do consumo de produtos orgânicos no mundo. A partir desse cenário, procura-se descrever e analisar as particularidades e os desafios para a produção e o consumo de orgânicos no Brasil, visando não somente ampliar a participação do país no mercado internacional, mas também garantir o acesso desses produtos à população brasileira, reconhecendo a diversidade da produção agrícola e a capilaridade das diferentes formas de agricultura existentes nas regiões como fatores potenciais para a produção de alimentos com menores impactos sociais e ambientais.

Para tanto, analisam-se as informações do banco de dados sistematizado pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam) e pelo Instituto de Pesquisa de Agricultura Orgânica (FiBL). Tal banco é atualizado anualmente e sua última edição, referente ao ano de 2017, consolida informações de 181 países. No caso brasileiro, outras bases e pesquisas realizadas por órgãos oficiais e representantes do setor foram consultadas, tais como: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), além de reportagens veiculadas pelos meios de comunicação sobre o tema. Tal diversidade se fez necessária para circundar melhor as informações sobre o setor de orgânicos brasileiro, visto que não existe um banco de dados sistematizado abrangendo diversos indicadores sobre o assunto.

Os resultados mostram que a produção e o consumo de produtos orgânicos no mundo têm crescido significativamente, impulsionados pela expansão da demanda por alimentos e bebidas orgânicas nos países da Europa e da América do Norte, além da China. Desde 2000, o crescimento médio anual das vendas no varejo de produtos orgânicos no mundo foi superior a 11%, indicador que expressa o dinamismo desse setor, principalmente quando se compara tal resultado aos dados sobre vendas de produtos agrícolas básicos não orgânicos. A demanda internacional por produtos orgânicos tende a ascender continuamente ao longo dos próximos anos, uma vez que esses produtos têm sido progressivamente associados com maiores níveis de segurança e saúde aos consumidores e menores impactos sociais e ambientais.

Esse crescimento dependerá, entretanto, do enfrentamento de alguns desafios, como o aumento progressivo de áreas cultiváveis convertidas em orgânicas e a grande concentração da demanda mundial. Ao olhar para o comércio mundial de orgânicos, destaca-se também que a padronização dos critérios de certificação é outro desafio importante colocado para o setor.

No Brasil, a produção e o consumo de produtos orgânicos também aumentaram, mas em um ritmo mais lento. Além dos desafios mencionados, a concentração de terras e a predominância de monocultivos – que caracterizam o espaço agrário brasileiro – limitam o aumento da conversão e da diversificação produtiva, a conservação de sementes crioulas, o investimento e a difusão de pesquisas, experiências e inovações tecnológicas baseadas nos princípios da produção orgânica, entre outros. A própria ausência de dados oficiais sistemáticos sobre o setor é um entrave ao crescimento mais robusto da produção orgânica, uma vez que dificulta a elaboração de planos estratégicos e o dimensionamento da demanda a fim de organizar e priorizar os investimentos dos produtores e das empresas. Portanto, a ampliação da participação do país no promissor mercado internacional de produtos orgânicos e do acesso desses produtos à população brasileira depende de esforços adequados à dimensão e complexidade dos desafios.

Palavras-chave: produção de orgânicos; consumo de orgânicos; alimentos orgânicos.

1 INTRODUÇÃO

O conceito atual de agricultura orgânica se configurou com a fusão de diferentes ideias enraizadas principalmente em alguns países de língua alemã e inglesa no início do século XX. Entre as duas guerras mundiais, a agricultura, já caracterizada pelo uso intensivo de insumos químicos e pelo avanço da mecanização, enfrentou uma crise com a degradação do solo, a má qualidade dos alimentos e a decadência da vida social das populações rurais. Como resposta a essa situação, os pioneiros da agricultura orgânica elaboraram estudos e trabalhos científicos, durante a década de 1920, que ampararam as diretrizes para a implementação de uma nova proposta de sistema de produção, mais preocupada com os impactos ambientais da exploração agrícola. O debate sobre a agricultura orgânica, no entanto, atinge um público mais amplo somente na década de 1970, quando se tornam mais relevantes e intensas as discussões sobre os impactos da crise ambiental com a deterioração e o esgotamento dos recursos naturais causados pelo modelo de desenvolvimento (Vogt, 2007).

Desde então, a produção e o consumo de produtos orgânicos no mundo têm crescido significativamente, impulsionados pela expansão da demanda por alimentos e bebidas orgânicas, principalmente nos países da Europa e da América do Norte, além da China, que se tornou o quarto maior mercado de orgânicos no mundo, desde 2013, atrás somente dos Estados Unidos, da Alemanha e da França (Willer e Lernoud, 2019).¹ O crescimento médio anual das vendas no varejo de produtos orgânicos no mundo foi superior a 11%, no período de 2000 a 2017. O setor se tornou pujante economicamente, ainda mais quando se comparam seus resultados recentes aos dados sobre o consumo de produtos agrícolas básicos não orgânicos, em especial, nos países desenvolvidos. De acordo com as projeções publicadas no trabalho *Perspectivas agrícolas 2018-2027*, de OCDE e FAO (2018), há uma saturação da demanda pelos principais produtos agrícolas básicos (cereais, carne, pescado, lácteos, açúcar e óleos vegetais) nesses países e uma tendência de estabilização do consumo *per capita* de cereais, raízes, tubérculos e carne em outras partes do mundo nos próximos dez anos.

Por sua vez, o aumento do volume de vendas no varejo, da área agrícola destinada à produção orgânica e do número de agricultores que se dedicam ao setor tende a ascender continuamente ao longo dos próximos anos, uma vez que os produtos orgânicos

1. Para mais informações, ver site do FiBL Statistics: <<https://tinyurl.com/y4reopdq>>.

têm sido progressivamente associados com maiores níveis de segurança e saúde para os consumidores e menores impactos sociais e ambientais. Todavia, esse crescimento dependerá do enfrentamento de alguns desafios, como o aumento progressivo de áreas cultiváveis convertidas em orgânicas e a grande concentração da demanda mundial. Ao olhar para o comércio mundial de orgânicos, destaca-se também que a padronização dos critérios de certificação é outro desafio importante colocado para o setor (Willer e Lernoud, 2018; 2019).

No Brasil, a produção e o consumo de produtos orgânicos também aumentaram, mas em um ritmo mais lento. A demanda foi impulsionada não somente pelo mercado externo, mas também pelo mercado doméstico. Neste, o papel das compras institucionais para a alimentação escolar e os serviços de alimentação de alguns órgãos governamentais foi relevante para possibilitar a valorização da produção orgânica, especialmente, da agricultura familiar. Apesar disso, a produção orgânica no Brasil enfrenta inúmeros desafios. Além dos mencionados anteriormente, a concentração de terras e a predominância de monocultivos – que caracterizam o espaço agrário brasileiro – limitam o aumento da conversão e da diversificação produtiva, a conservação de sementes crioulas, o investimento e a difusão de pesquisas, experiências e inovações tecnológicas baseadas nos princípios da produção orgânica, entre outros. A própria ausência de dados oficiais sistemáticos sobre o setor, tema que será discutido adiante, é um entrave ao crescimento mais robusto da produção orgânica, uma vez que dificulta a elaboração de planos estratégicos e o dimensionamento da demanda a fim de organizar e priorizar os investimentos dos produtores e das empresas.

Desse modo, esta pesquisa objetiva apresentar um panorama atual sobre a produção e o consumo de orgânicos no mundo e no Brasil, destacando potencialidades e entraves do setor. Nesta primeira aproximação sobre o tema, parte-se do banco de dados sistematizado pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam) e pelo Instituto de Pesquisa de Agricultura Orgânica (FiBL), atualizado anualmente.

A Ifoam foi fundada na França, em 1972, com o objetivo de formar um movimento orgânico e estabelecer padrões e regras aplicadas à produção orgânica. Com mais de 750 membros em 127 países, esta federação atualmente busca contribuir para a adoção e a ampliação da sustentabilidade na agricultura, nas suas cadeias de valor e no consumo por meio de apoio na implementação de projetos para a conversão da agricultura orgânica, da defesa da agricultura orgânica na agenda política internacional, da orientação no processo de certificação, entre outras ações.²

2. Para mais informações sobre a Ifoam, consultar: <<https://bit.ly/2OCEGBW>>.

O FiBL foi fundado, em 1973, na Suíça e possui mais quatro centros de pesquisa na Europa. Como instituto de pesquisa e consultoria, o FiBL objetiva a rápida transferência de conhecimento da pesquisa para as práticas agrícolas. Ele atua em diversas áreas, tais como: manejo de solo orgânico, saúde animal holística, análise abrangente do mercado orgânico, processamento, *marketing* e produção de alimentos orgânicos, tanto na Europa, como na América Latina, na África e na Índia. Assim, o FiBL trabalha em estreita colaboração com a Ifoam e outras organizações internacionais para o desenvolvimento da agricultura orgânica. Um dos seus trabalhos relevantes é a coleta e sistematização de dados sobre a produção e comercialização de produtos orgânicos no mundo, realizadas nas últimas duas décadas.³

Esse banco de dados, portanto, fornece subsídios a fim de monitorar o setor e desenvolver programas e estratégias de apoio à produção e comercialização de orgânicos. Para isso, diferentes indicadores (área, produção, número de produtores, vendas no varejo e comércio internacional, entre outros) são coletados a partir da colaboração de parceiros, órgãos governamentais, setor privado e certificadoras, envolvidos com o setor de orgânicos nos seus respectivos países. Há países, no entanto, que não possuem um sistema regular, contínuo ou completo de coleta de dados. Isso significa que existem lacunas ou mesmo uma tendência de subestimação dos dados especialmente nos países da América Latina, África e Ásia. De qualquer modo, a compilação e a série histórica⁴ disponibilizadas pela Ifoam/FiBL possibilitam delinear os contornos do cenário da produção e do consumo de produtos orgânicos no mundo, visto que o número de países incluídos na base de dados mais que dobrou desde 1999, quando se iniciou esse trabalho (Willer e Lernoud, 2019).

Ainda foram consultadas, no caso brasileiro, outras bases e pesquisas realizadas por órgãos oficiais e representantes do setor – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) –, além de reportagens veiculadas pelos meios de comunicação sobre o tema, a fim de circundar mais precisamente as informações sobre o setor de orgânicos brasileiro, visto que não existe um banco de dados sistematizado abrangendo diversos indicadores sobre o tema. Desse modo, procura-se descrever e analisar as particularidades e os desafios para a produção e o consumo de orgânicos no Brasil, visando não somente ampliar o acesso desses produtos para a população, mas também

3. Para mais detalhes sobre o FiBL, ver: <<https://bit.ly/2nP4IX5>>.

4. Para mais detalhes sobre fontes, coleta de dados e metodologia, consultar Willer e Lernoud (2019).

reconhecer a diversidade da produção agrícola brasileira e a capilaridade das diferentes formas de agricultura existentes nas regiões, como fatores potenciais para a produção de alimentos com menores impactos sociais e ambientais.

2 A PRODUÇÃO DE ORGÂNICOS NO MUNDO

De 2000 a 2017, a área agricultável mundial destinada a cultivos orgânicos aumentou 365%, quase 10% ao ano (a.a.). Em termos absolutos, a agricultura orgânica saltou de 15 milhões de hectares de terras para 69,8 milhões de hectares nesse período. Deste total, 51% da área agrícola destinada à produção orgânica se encontra na Oceania, seguida pela Europa (21%), América Latina (11%), Ásia (9%), América do Norte (5%) e África (3%). Embora o acréscimo de áreas nesse período seja expressivo, verifica-se que o percentual em relação ao total da extensão das terras agrícolas disponíveis nas regiões ainda é pequeno: em 2017, somente 1,4% da área agricultável do mundo é destinada a cultivos orgânicos (tabela 1).

TABELA 1
Área destinada à produção orgânica, participação do continente na área total mundial destinada à produção orgânica e percentual da área total agricultável destinada à produção orgânica nos continentes (2017)

Continente	Área destinada à produção orgânica (ha)	Participação do continente na área total mundial destinada à produção orgânica (%)	Percentual da área total agricultável destinada à produção orgânica (%)
África	2.056.571	3	0,2
Ásia	6.116.834	9	0,4
Europa	14.558.246	21	2,9
América Latina	8.000.888	11	1,1
América do Norte	3.223.057	5	0,8
Oceania	35.894.365	51	8,5
Mundo*	69.845.243	100	1,4

Fonte: FIBL Statistics. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4reopdq>> e Willer e Lernoud (2019). Acesso em: fev. 2019.
Obs.: * A área total inclui uma correção no valor referente aos departamentos ultramarinos franceses.

Além dos 69,8 milhões de hectares com produção orgânica, Willer e Lernoud (2019) destacam que existem mais 42,4 milhões de hectares de áreas orgânicas dedicados a outras atividades, tais como: apicultura, coleta de produtos silvestres (extrativismo), aquicultura, florestas e pastoreio em terras não agrícolas, embora a importância da aquicultura e da apicultura não possam ser medidas em hectares. Desse modo, as áreas orgânicas totalizam 112,3 milhões de hectares. Esse valor, contudo, pode ser ainda maior, uma vez que muitos países não possuem registros da dimensão de áreas que abrigam esses tipos de atividades (Willer e Lernoud, 2019).

Levando-se em conta somente as áreas agrícolas orgânicas no mundo, a Austrália – com 35,65 milhões de hectares – é o país com a maior extensão de terras ocupadas entre os 181 países com dados disponíveis de produção orgânica em 2017. Com uma elevação de 197% na área destinada à produção de orgânicos entre 2007 e 2017 – o que corresponde a um crescimento médio anual de 11,5% – o país ocupa a primeira colocação dos países com maior área agrícola desde 1999, o primeiro ano da série histórica sobre a produção orgânica mundial disponível pelo FiBL.⁵

A maior parte da área certificada como orgânica na Austrália é dedicada à pecuária extensiva voltada à exportação. Essa atividade ocorre em grandes propriedades localizadas principalmente na região árida ou semiárida conhecida como *outback* australiano. Assim, a carne bovina foi a principal *commodity* (com base no volume em toneladas) representando quase 20% de todas as exportações em 2016. Alimentos processados e infantis, vinho, produtos lácteos, cereais, frutas e vegetais orgânicos também compõem os principais produtos exportados que seguem para os Estados Unidos, Coreia do Sul, China, Japão e Singapura (Lawson, Monk e Cosby, 2018; Lawson *et al.*, 2018).

Embora alguns países, como França, Turquia e Rússia,⁶ tenham apresentado taxas médias anuais de crescimento de área destinada à produção orgânica (em termos percentuais), maiores do que a Austrália, entre 2007 e 2017, a extensão de terras agricultáveis australianas aumentou mais de 23 milhões de hectares nesse período, o que permite mantê-la isolada como líder mundial em relação à área agrícola destinada à produção orgânica (tabela 2). De qualquer modo, o crescimento de área com agricultura orgânica ocorreu em 93 países, enquanto houve o decréscimo em 36 países e a estagnação (ou os dados não foram atualizados) em quarenta países (Willer e Lernoud, 2019).

5. A FiBL disponibiliza um banco de dados com indicadores de área de produção orgânica, número de produtores orgânicos e valores de venda no varejo de produtos orgânicos, desde 1999, por continentes e inúmeros países. Para mais informações, ver: <encurtador.com.br/IKUY7>.

6. A Rússia apresentou a maior taxa média de crescimento anual de área agricultável destinada à produção orgânica, entre 2007 e 2017, com 34,5%. No entanto, a série histórica com os dados sobre a área nesse país mostrou oscilações ascendentes e descendentes significativas em alguns anos até 2011, quando há um crescimento contínuo até 2017. Dessa forma, essas informações precisam ser tratadas com cautela, como Willer e Lernoud (2019) chamam atenção, visto que o sistema de coleta de dados em alguns países pode se mostrar incompletos ou possuir lacunas.

TABELA 2
Evolução das áreas destinadas à produção orgânica, entre 2007 e 2017, dos vinte países com as maiores extensões de área em 2017

Colocação (em 2017)	País	Área destinada à produção orgânica em 2007 (ha)	Área destinada à produção orgânica em 2017 (ha)	Aumento da área total agricultável destinada à produção orgânica entre 2007-2017 (ha)	Taxa média anual de crescimento da área destinada à produção orgânica entre 2007-2017 (%)
1ª	Austrália	11.988.044	35.645.038	23.656.994	11,51
2ª	Argentina	2.777.959	3.385.827	607.868	2,0
3ª	China	1.553.000	3.023.000	1.470.000	6,9
4ª	Espanha	804.884	2.082.173	1.277.289	10,0
5ª	Estados Unidos	1.736.084	2.031.318	295.234	1,6
6ª	Itália	1.150.253	1.908.653	758.400	5,2
7ª	Uruguai	930.965	1.882.178	951.213	7,3
8ª	Índia	1.030.311	1.780.000	749.689	5,6
9ª	França	557.133	1.744.420	1.187.287	12,1
10ª	Alemanha	865.336	1.373.157	507.821	4,7
11ª	Canadá	556.237	1.191.739	635.466	7,9
12ª	Brasil	932.120	1.136.857	204.737	2,0
13ª	México	393.461	673.968	280.507	5,5
14ª	Rússia	33.801	656.933	623.132	34,5
15ª	Áustria	520.070	620.764	100.694	1,8
16ª	Suécia	308.273	576.845	268.572	6,5
17ª	Turquia	124.263	520.886	396.623	15,4
18ª	República Tcheca	312.890	520.032	207.142	5,2
19ª	Reino Unido	660.200	497.742	-162.458	-2,8
20ª	Polônia	285.878	494.979	209.101	5,6

Fonte: FIBL Statistics. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4reopdq>> e Willer e Lernoud (2019). Acesso em: fev. 2019.

É possível averiguar também a evolução da produção orgânica por meio do percentual de terras agrícolas destinadas a esse modelo de produção em cada país. Essa perspectiva oferece um quadro diferente daquele apresentado na tabela 2, visto que Austrália, Argentina e China, primeiras colocadas na tabela 2, possuem apenas 8,8%, 2,3% e 0,6% de suas terras agrícolas destinadas à produção orgânica, respectivamente. No entanto, alguns países já ultrapassaram a percentagem de 10% de sua área agrícola com produção de orgânicos, como se pode ver na tabela 3. Apesar da porcentagem significativa da área de orgânicos de países, como Liechtenstein e Samoa, a área agrícola total deles dedicada a esse tipo de produção não é expressiva em termos comparativos, devido à sua pequena extensão territorial.

TABELA 3

Países com mais de 10% da área total agricultável destinada à produção orgânica

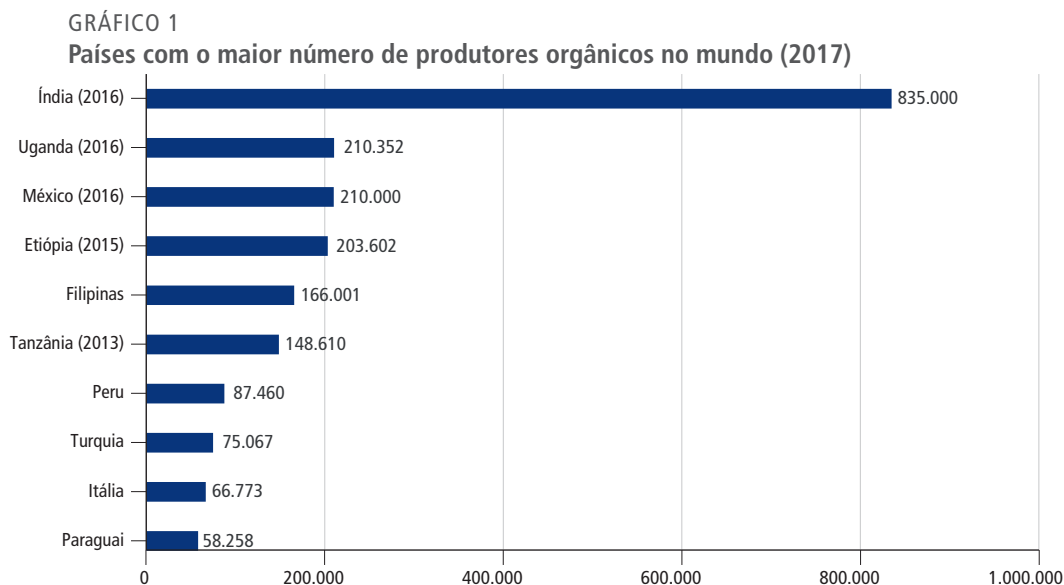
Colocação (em 2017)	País	Percentual de terras agrícolas destinado à produção orgânica (%)	Área agrícola com produção orgânica (ha)
1ª	Liechtenstein	37,9	1.389
2ª	Samoa	37,6	106.406
3ª	Áustria	24,0	620.764
4ª	Estônia	20,5	196.441
5ª	Suécia	18,8	576.845
6ª	São Tomé e Príncipe	18,0	8.780
7ª	Itália	15,4	1.908.653
8ª	Letônia	14,8	268.870
9ª	Suíça	14,4	151.404
10ª	Uruguai	13,0	1.882.178
11ª	República Tcheca	12,2	520.032
12ª	Finlândia	11,4	259.451
13ª	Guiana Francesa	10,0	3.061
14ª	Eslováquia	10,0	189.148

Fonte: FIBL Statistics. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4reopdq>> e Willer e Lernoud (2019). Acesso em: fev. 2019.

Assim, observa-se na tabela 3 que dez países com mais de 10% da área total agricultável destinada à produção orgânica estão localizados na Europa, sendo que Liechtenstein, Áustria, Suíça, Suécia, Itália e Finlândia já se encontravam entre os países com maior porcentagem de terras agrícolas com produção de orgânicos em relação à área total em 2000. Dentro desse quadro, destaca-se a Áustria, primeiro país a estabelecer as regras nacionais para a agricultura orgânica, em 1983. Atualmente, possui porcentagens elevadas de áreas de produção de orgânicos com cereais, leguminosas secas, frutas temperadas e de oleaginosas, principalmente a soja. Já a Itália é o país com maior área orgânica no mundo de frutas cítricas e uvas (junto com a França) e o segundo com maior área de cereais orgânicos (atrás somente da China), além de contar com áreas relevantes de frutas temperadas, oliveiras e vegetais. E a Finlândia sobressai como o país com maior área de terras orgânicas destinadas à produção não agrícola e à coleta de frutos silvestres no mundo, alcançando mais de 11,6 milhões de hectares (Willer e Lernoud, 2019).

Outra forma de constatar o crescimento significativo do setor, entre 2000 e 2017, é o registro do número de produtores orgânicos. Em 2000, havia quase 253 mil produtores, que passaram para quase 2,9 milhões, em 2017, ou seja, um crescimento médio de 15,3% a.a. Deste número, 40% estão na Ásia, 29% na África e 16% na América Latina. Índia, Uganda, México são os países com maior número de produtores de orgânicos (gráfico 1). Isso significa que quase um quarto das terras agricultáveis orgânicas do mundo e mais de 87% dos produtores se encontravam nos países em desenvolvimento e mercados emergentes

em 2017. Esses dados, no entanto, devem ser tratados com cautela, uma vez que alguns países informam apenas o número de empresas, projetos ou grupos de produtores, os quais podem incluir produtores individuais. Portanto, o número de produtores orgânicos provavelmente deve ser maior do que o apresentado (Willer e Lernoud, 2019).⁷



Fonte: FiBL Statistics. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4reopdq>> e Willer e Lernoud (2019). Acesso em: fev. 2019.

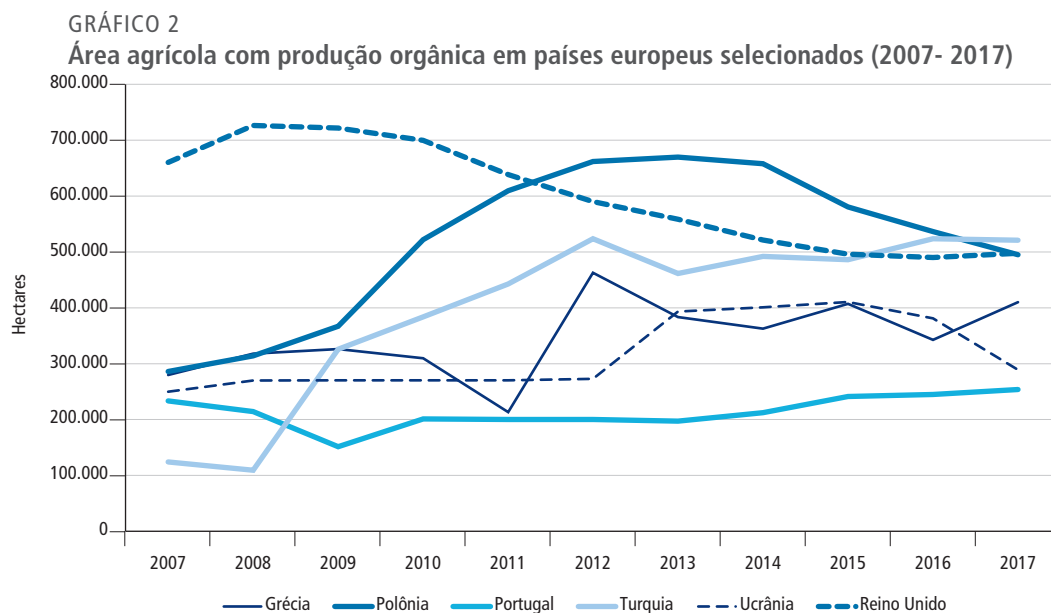
Apesar desse crescimento expressivo de áreas agrícolas e produtores dedicados à agricultura orgânica nas últimas décadas, Willer e Lernoud (2018) destacam que essa expansão contínua dependerá do enfrentamento de alguns desafios, tais como: a necessidade de progressivos incrementos nas áreas de solo cultivável de manejo orgânico para atender ao consumo crescente, a padronização dos critérios de certificação e a grande concentração da demanda mundial.

O primeiro desafio apontado pelas autoras aborda a necessidade da expansão de terras agrícolas com produção orgânica para atender ao crescente consumo mundial. Embora o desempenho da Austrália tenha impulsionado o aumento de área com produção orgânica nos últimos dez anos, há uma variação menor do volume de terras agrícolas convertidas em orgânicas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, onde se concentra a demanda mundial (Willer e Lernoud, 2018).

7. Para mais detalhes, ver site da FiBL Statistics: <<https://tinyurl.com/y4reopdq>>.

No continente europeu, países como Espanha, Alemanha, França e Itália tiveram, nos últimos anos, um aumento expressivo da extensão de terras agricultáveis com orgânicos. Essa tendência ascendente, contudo, não foi observada em todos os países europeus, uma vez que, em alguns deles, se registraram oscilações e retrações da área agrícola com produção orgânica nos últimos dez anos. Para visualizar essa situação, foram selecionados alguns países europeus (Grécia, Polônia, Portugal, Reino Unido, Turquia e Ucrânia) com extensões expressivas de produção agrícola orgânica, os quais apresentaram flutuações ou reduções dessas áreas entre 2007 e 2017 (gráfico 2). A área com cultivos orgânicos desses seis países representava 24% da área total da Europa com produção orgânica em 2007. Esse percentual decaiu para 17% em 2017.

Diante dos dados apresentados a seguir, compreende-se que o desafio não se circunscreve somente à conversão de solos com manejo orgânico para atender à demanda crescente, mas também à sustentabilidade dessa cadeia produtiva. O abastecimento dos mercados norte-americano e europeu ocorre por meio da importação de uma variedade de produtos vindos de localidades distantes, o que representa elevados custos energéticos, emissões de CO₂, poluição do ar e sonora, quando se contabiliza a distância percorrida para transportar os alimentos do local onde são produzidos até o destino final. Dessa forma, esses fatores externos negativos, associados às longas cadeias de abastecimento, se tornam relevantes quando se considera o compromisso mais amplo com a preservação dos recursos naturais, apregoado pelo movimento da agricultura orgânica. As mudanças nos processos produtivos para a redução dos impactos ambientais devem levar em conta, portanto, as formas de transporte e distribuição de alimentos, além da substituição de insumos químicos por biológicos ou das alterações no sistema de manejo (Mastronardi *et al.*, 2015; Anjos e Caldas, 2017).



Buscar a aproximação de produtores e consumidores de alimentos permite ainda gerar uma oferta de alimentos mais frescos e de alta qualidade a preços mais acessíveis, ao mesmo tempo que os agricultores podem obter rendas mais significativas com a venda direta dos produtos, visto que eles decidem de forma mais autônoma não somente os valores dos produtos, mas também o que irão produzir nas suas propriedades. Isso evita a especialização em um ou dois produtos, que ocorre normalmente com aqueles agricultores participantes das cadeias tradicionais de abastecimento, as quais exigem produtividade excessiva, padronização e organização industrial (Mastronardi *et al.*, 2015). Por sua vez, não se pode ignorar que o tamanho do território, a qualidade do solo e o clima são fatores relevantes na velocidade da conversão da produção de orgânicos nos diferentes países (Willer e Lernoud, 2018).

O segundo desafio apontado por Willer e Lernoud (2018) para a expansão contínua da produção orgânica se refere à padronização dos critérios de certificação dos produtos orgânicos a fim de compreender e harmonizar as inúmeras diferenças entre os padrões privados, as regras e os regulamentos governamentais, assim como as normas internacionais dos países envolvidos no mercado mundial. Assim, um marco recente e importante foi a publicação das novas regras da União Europeia (UE) sobre a produção orgânica e a rotulagem de produtos orgânicos, em 2018, após vinte meses de negociação. Além de

estabelecer regras mais rígidas para evitar fraudes e assegurar medidas preventivas contra a contaminação, o novo regulamento busca melhorar os sistemas de comunicação entre os Estados-membros e harmonizar as responsabilidades e os sistemas de certificação (Europarl, 2018; Conselho da União Europeia, 2018).

Se as novas regras sobre a produção orgânica na UE facilitam a circulação das mercadorias entre os Estados-membros, outros acordos bilaterais estabelecidos entre os principais países importadores (Estados Unidos, UE, Canadá e Japão) também favorecem o comércio do setor. Para isso, o sistema de controle e os padrões do exportador são considerados adequados e se equiparam aos requisitos nacionais do país importador. Dessa forma, há um reconhecimento mútuo do sistema nacional de controle e normas da produção orgânica sem a necessidade de exigir da empresa exportadora uma certificação adicional que atenda às normas específicas do país comprador, o que colabora com a redução dos custos envolvidos na certificação internacional (Huber *et al.*, 2019).

Como exemplo, pode-se citar a produção e a comercialização de orgânicos entre os países europeus e norte-americanos. As regras de certificação da produção orgânica desses países se harmonizam e, portanto, os produtos importados são reconhecidos como orgânicos no mercado nacional sem a necessidade de certificações adicionais. A exceção, nesse caso, se refere aos produtos de origem animal da UE, as maçãs e as peras dos Estados Unidos, que exigem verificação adicional, e a produção aquícola que ainda não está incluída neste acordo (Huber *et al.*, 2019). Os produtores, contudo, que se localizam fora destes dois blocos comerciais devem atender a múltiplas certificações a fim de acessar os mercados de exportação.

Para ilustrar essa situação, Sahota (2018) descreve que o produtor de café orgânico na Indonésia deve adotar os padrões da UE, dos Estados Unidos e do Japão a fim de exportar para esses respectivos mercados. A necessidade de múltiplas certificações torna mais complexo o processo de certificação, visto que existem 93 países com padrões próprios de orgânicos e mais dezesseis países em processo de elaboração de sua legislação atualmente. A situação é mais perceptível na Ásia, onde quase todos os países estão desenvolvendo seus próprios regulamentos nacionais sem torná-los compatíveis entre si (Sahota, 2018; Huber *et al.*, 2019).

Ademais, Batlogg, Schmid e Huber (2018) ressaltam que 90% do mercado global de alimentos orgânicos, em valores monetários, é certificado sob os padrões da UE, dos Estados Unidos, do Japão, da China e de três padrões privados europeus (Demeter, Bio Suisse e Soil Association). Cada um destes oito padrões apresenta princípios básicos e restrições para o processamento de alimentos orgânicos, desde técnicas de processamento até tecnologias permitidas ou proibidas, os quais possuem similaridades, mas também especificidades.

Sob esse contexto, é importante analisar até que ponto esse arcabouço institucional-legal contribui e orienta efetivamente a implementação prática de princípios da agricultura orgânica (Batlogg, Schmid e Huber, 2018). Ao mesmo tempo, pode-se questionar o contraste de força e de participação dos países em desenvolvimento nas discussões e nas decisões sobre a normatização da produção orgânica no mercado global, já que a certificação da maior parte dos alimentos orgânicos exportados atende às normativas determinadas pelos países desenvolvidos.

Para isso, os produtos orgânicos exportados devem ser certificados por organismos de certificação terceirizados que cumprem com os procedimentos de avaliação de conformidade e com as normativas dos países importadores. Os requisitos técnicos a fim de obter esse reconhecimento são difíceis de serem cumpridos e os custos elevados. A obtenção do reconhecimento e/ou do credenciamento da entidade certificadora por parte destes países exige, portanto, grande capacidade financeira e técnica dos organismos de certificação (Batlogg, Schmid e Huber, 2018).

Como decorrência, a contratação dessas certificadoras aumentará também os custos para os produtores e, conseqüentemente, encarecerá o preço final dos produtos. Diante desse quadro, somente aqueles produtores com maior aporte técnico e financeiro conseguem arcar com essas despesas e alcançar o mercado externo. Desse modo, grande parte da produção orgânica dos países em desenvolvimento é exportada por grandes produtores e/ou empresas que atendem às normativas definidas pelos países desenvolvidos. Isso implica a exclusão de pequenos agricultores, organismos de certificação com menor estrutura e consumidores de baixa renda, especialmente nos países em desenvolvimento⁸ (Fonseca, 2005). Como resultado, a circulação de alimentos orgânicos tende a atender ao consumo mais elitizado e/ou de nichos específicos do mercado (Anjos e Caldas, 2017).

8. Para uma discussão mais detalhada sobre as controvérsias do processo de certificação, consultar Fonseca (2005), Caldas e Anjos (2013), Niederle, Almeida e Vezzani (2013).

Essa concentração da demanda, tanto no mercado interno, como no externo, se constitui como o terceiro desafio, apontado por Willer e Lernoud (2018), para a expansão contínua da produção orgânica. Abrir novos mercados e ampliar o consumo são fatores importantes para impulsionar continuamente o setor que se expandiu mundialmente, embora o crescimento atual da demanda seja superior ao da produção, como veremos adiante. No entanto, a desconcentração do mercado orgânico também objetiva a possibilidade e a ampliação do acesso desses produtos para populações com diferentes perfis socioeconômicos, visto que a agricultura orgânica deve proporcionar uma “boa qualidade de vida a todas as pessoas envolvidas, contribuindo para a soberania alimentar e para a eliminação da pobreza, procurando produzir alimentos e outros produtos de alta qualidade em quantidades suficientes”.⁹

Para isso, é fundamental olhar a forma de consumo a fim de torná-lo mais ético e justo, promover sistemas de produção, distribuição e comércio mais equitativos e que englobem os custos reais em termos sociais e ambientais para que se busque a equidade em todos os níveis e para todos os envolvidos (agricultores, assalariados, transformadores, distribuidores, comerciantes e consumidores) na cadeia produtiva.¹⁰

3 O CONSUMO DE ORGÂNICOS NO MUNDO

O volume mundial de vendas de produtos orgânicos no varejo era de € 15 bilhões em 2000. Em 2017, esse valor atingiu € 92,1 bilhões,¹¹ o que significou um aumento de 500% no período, ou um crescimento médio anual superior a 11%. Desse volume, os Estados Unidos foram responsáveis pela movimentação de € 40,0 bilhões,¹² valor que representa mais de 43% do mercado global de orgânicos.¹³ Os alimentos orgânicos representaram 5,5% das vendas totais de produtos alimentícios nos Estados Unidos em 2017. Frutas e vegetais compõem a maior categoria de alimentos orgânicos, registrando US\$ 16,5 bilhões em venda, ou 14,1% de todas as vendas de frutas e vegetais nos Estados Unidos (Haumann, 2019).

9. Para mais dados sobre a Ifoam, consultar: <<https://bit.ly/2OCEGBW>>.

10. Para mais informações sobre a Ifoam, consultar: <<https://bit.ly/2OCEGBW>>.

11. Na publicação de Willer e Lernoud (2019), o valor de 1 € correspondia a US\$ 1,1297 (dólares americanos), em 2017, com base nos dados do Banco Central europeu. Nesse mesmo ano, o valor médio de 1 € equivalia a R\$ 3,6054 de acordo com a mesma instituição financeira.

12. Com base na Pesquisa da Indústria Orgânica 2018 realizada pela Organic Trade Association, as vendas de produtos orgânicos alcançaram um recorde de € 43,7 bilhões em 2017, o que representa um aumento de 6,4% em relação ao ano anterior (Haumann, 2019; Ota, 2018).

13. Para mais informações, ver site da FiBL Statistics: <<https://tinyurl.com/y4reopdq>>.

Os consumidores americanos, contudo, não estão comendo apenas mais orgânicos, mas também estão usando mais produtos orgânicos em suas residências. As vendas com produtos orgânicos não alimentícios movimentaram quase US\$ 4,2 bilhões. Haumann (2018) cita uma pesquisa atual sobre a atitude das famílias americanas que consomem orgânicos, a qual aponta que os *millennials* (pessoas de 21 a 34 anos) são os maiores compradores de orgânicos. Dessa forma, esses jovens tenderiam a aprofundar a afinidade com os produtos orgânicos, quando se tornarem pais ou mães. A escolha do comprador de orgânicos frequente, segundo a autora, se baseia na forte crença de que essa decisão os tornaria melhores pais ou mães, visto que estariam buscando ativamente escolhas saudáveis e nutritivas para sua família.

Com essa expansão contínua do consumo americano, a indústria de alimentos orgânicos continua atraindo investimento. Como exemplos, Sahota (2018; 2019) cita a compra da Whitewave Foods – empresa líder em alimentos orgânicos, criada pela aquisição e fusão de vários empreendimentos – pela multinacional francesa Danone, em 2016, por US\$ 12,5 bilhões; e da Whole Foods Market – o principal varejista de alimentos naturais e orgânicos americano – pela empresa Amazon, por US\$ 13,7 bilhões, em 2017. Após esta transação econômica, observou-se uma queda de preços de muitos itens orgânicos, uma vez que a Amazon planeja que as vendas *on-line* possibilitem que os alimentos orgânicos se tornem mais acessíveis aos consumidores americanos (Sahota, 2018).

Depois do mercado americano, o mercado europeu de alimentos orgânicos foi responsável pela movimentação de € 37,3 bilhões, em 2017. Frutas, vegetais e ovos orgânicos são os produtos mais comprados pelos consumidores. Embora o maior volume de vendas ocorra por meio de compra direta em supermercados, hipermercados e lojas especializadas em promoções, há um número crescente de restaurantes, cafés e bares utilizando ingredientes orgânicos ou servindo produtos orgânicos aos seus clientes. Assim, Alemanha e França se destacam como os países europeus com maior volume de vendas no varejo, os quais movimentaram € 10,4 bilhões e € 7,9 bilhões, respectivamente, como se verifica na tabela 4 (Sahota, 2018; 2019).

TABELA 4
Países com as maiores vendas de orgânicos no varejo do mundo (2017)

Colocação (em 2017)	País	Vendas no varejo em 2000 (€ bilhões)	Vendas no varejo em 2017 (€ bilhões)	Taxa média de crescimento anual de vendas no varejo (%)
1ª	Estados Unidos	8,00	40,01	9,9
2ª	Alemanha	2,05	10,04	9,8
3ª	França	1,00	7,92	12,9
4ª	China	0,37 ¹	7,64	35,4

(Continua)

(Continuação)

Colocação (em 2017)	País	Vendas no varejo em 2000 (€ bilhões)	Vendas no varejo em 2017 (€ bilhões)	Taxa média de crescimento anual de vendas no varejo (%)
5ª	Itália	1,05	3,14	6,7
6ª	Canadá	0,85 ²	3,00	8,8
7ª	Suíça	0,51	2,44	9,6
8ª	Suécia	0,23	2,37	14,7
9ª	Reino Unido	0,97 ³	2,31	5,2
10ª	Espanha	0,17	1,90	15,3
11ª	Áustria	0,23	1,72	12,6
12ª	Dinamarca	0,38	1,60	8,8
13ª	Japão	0,6 ⁴	1,41	8,1
14ª	Holanda	0,33	1,21	7,9
15ª	Austrália	0,12	1,14	14,2
16ª	Brasil ⁵	s.d.	0,78	s.d.

Fonte: FIBL Statistics. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4reopdq>> e Willer e Lernoud (2019).

Notas: ¹ Dado referente ao ano de 2007.

² Dado referente ao ano de 2002.

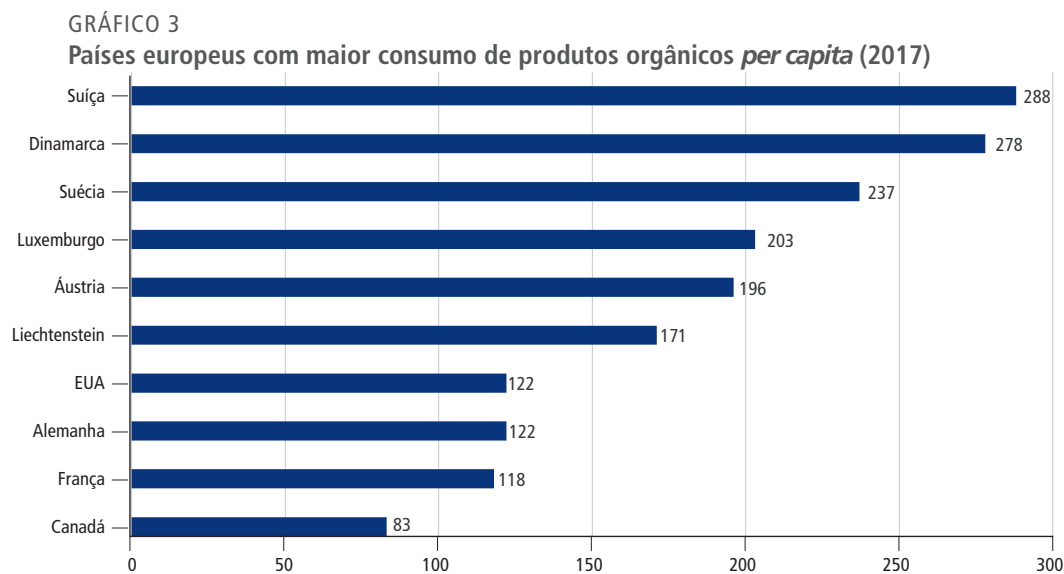
³ Dado referente ao ano de 1998.

⁴ Dado referente ao ano de 2006.

⁵ Não há dados na base do FIBL para o Brasil em anos anteriores.

Apesar de os dados de vendas do ano de 2000 estarem disponíveis somente para os países europeus, a Austrália e os Estados Unidos, o acompanhamento da produção e da demanda por produtos orgânicos aponta o grande potencial de vendas na Ásia, especialmente pelo crescimento do mercado na Índia e na China, impulsionado pelos diversos escândalos alimentares dos últimos anos¹⁴ (Willer e Lernoud, 2018). De qualquer modo, é possível verificar que o crescimento médio anual nas vendas do varejo, entre 2000 e 2017, foi de 15,3% na Espanha, de 14,7% na Suécia e 14,2% na Austrália. Essa tendência também pode ser averiguada por meio do crescimento de consumo *per capita* de produtos orgânicos. Os dez maiores países consumidores *per capita* de produtos orgânicos do mundo, em 2017, podem ser consultados no gráfico 3.

14. Willer e Lernoud (2018) citam alguns dos escândalos alimentares na China que incluem a venda de carne estragada, óleo de esgoto em produtos alimentícios, carne suína e bovina contaminada, além de inúmeros incidentes de adulteração e falsificação. Um dos maiores escândalos alimentares ocorreu, em 2008, quando uma substância química industrial, a melamina, foi descoberta em fórmulas infantis e em produtos de laticínios que ocasionou a morte de pelo menos seis bebês e o adoecimento de mais de 300 mil crianças (Embaixada da China, 2010).



Fonte: Willer e Lernoud (2019).

O consumo *per capita* anual de alimentos orgânicos atinge quase € 300 em alguns países, como na Suíça e na Dinamarca; no entanto, o consumidor da UE gastou em média € 67,2 em alimentos orgânicos. Em 2000, esse valor era de € 13,4 por consumidor, ou seja, ocorreu um aumento médio anual de quase 10% entre 2000 e 2017. Essa taxa média de crescimento é um pouco maior quando se consideram todos os países da Europa, onde o consumo *per capita* é menor. Em 2000, o consumo era de € 8,8 por pessoa; em 2017, atingiu € 47 por habitante, um crescimento de 10,4% a.a. no período analisado (Willer, Schaack e Lernoud, 2019). Essa expansão se torna mais expressiva quando se analisa o mercado total de alimentos – que não apresentou crescimento em muitos países europeus –, além do declínio dos preços de diversos alimentos nos últimos anos. Isso colabora para o aumento mais significativo da porcentagem do mercado orgânico sobre o valor total (Willer, Schaack e Lernoud, 2018).

Verifica-se, portanto, que há grandes diferenças em relação ao consumo entre os países europeus. Apesar de as terras agrícolas com produção orgânica dos países da Europa central e oriental serem responsáveis por parte considerável das áreas agrícolas orgânicas europeias, os gastos dos consumidores destes países permanecem baixos em relação aos gastos totais em alimentos (Willer, Schaack e Lernoud, 2018). Para ilustrar essa situação, pode-se citar o exemplo de Turquia e República Tcheca, onde o consumo *per capita*, em 2017, foi de € 1 e € 9, respectivamente. A Turquia, todavia, é o país europeu com maior

número de produtores orgânicos da Europa e ocupa o oitavo lugar no *ranking* dos países europeus com maior área agrícola com produção orgânica. Já a República Tcheca está na nona posição na classificação europeia de maiores áreas com produção de orgânicos.

Sob esse contexto, Willer e Lernoud (2018) apontam que um dos desafios da produção orgânica é a grande concentração da demanda mundial, como discutido anteriormente. Se essa discrepância ocorre dentro da Europa, ela acentua-se ainda mais entre os continentes. Há mais de 180 países envolvidos na produção orgânica, enquanto o consumo de quase 90% de alimentos e bebidas orgânicos se localiza na América do Norte e na Europa, apesar de essas duas regiões deterem apenas um quarto da área agrícola de orgânicos do mundo. Em muitas regiões, como África, América Latina e Ásia, a produção orgânica se destina exclusivamente à exportação. Situação semelhante também se averigua na Austrália e na Nova Zelândia, onde muitos produtores de alimentos orgânicos se orientam principalmente ao mercado externo (Willer e Lernoud, 2018; Sahota, 2018).

Sob esse contexto, é importante refletir de que forma a globalização do mercado de orgânicos impede, muitas vezes, o desenvolvimento da produção diversificada e a criação do mercado doméstico, visto que a especialização da produção se torna predominante a fim de aumentar a produtividade, os ganhos de escala e a homogeneização dos processos produtivos de um cultivo específico para exportação. Assim, esses alimentos cultivados, embalados e transportados em longas distâncias devem ser avaliados pelas suas qualidades intrínsecas, mas principalmente pelas consequências para os produtores, os consumidores e o ambiente em todo o processo produtivo (Schmitt, 2011; Sahota, 2018).

A diversificação produtiva é uma forma de promover maior equilíbrio ecológico do ambiente e segurança alimentar e nutricional das famílias dos produtores, uma vez que o aumento e a diversificação da produção de autoconsumo dos agricultores permitem uma melhora significativa na alimentação. Ao invés de as famílias comprarem produtos industrializados, elas cultivam seus próprios alimentos por meio de práticas orgânicas ou agroecológicas na propriedade, o que permite enriquecer a qualidade nutricional da dieta e reduzir suas despesas com alimentos (Weid, 2004; Guzmán e Montiel, 2010). Isso se torna ainda mais relevante, quando se recordam das altas porcentagens da população rural que

vivem em situação de pobreza e pobreza extrema.¹⁵ A pobreza se constitui como um dos principais fatores dos elevados níveis de fome no mundo devido não somente ao baixo poder aquisitivo das pessoas, mas também à dificuldade ou ao impedimento de acesso aos recursos naturais (terra, água e biodiversidade) e públicos (políticas agrárias, agrícolas e sociais).

Não se trata aqui de apregoar um “localismo defensivo” dos produtos e dos circuitos locais sem considerar as complexas relações tecidas entre o local e o global ou estabelecer dicotomias explicativas entre “global *versus* local”, por exemplo. O que importa é analisar como a construção social de mercados, arranjos institucionais e instrumentos de políticas públicas são “capazes de viabilizar novas formas de produção, consumo e de apropriação do espaço rural que possam garantir a renovação, ao longo das gerações, dos processos ecológicos que sustentam essas atividades” (Schmitt, 2011, p. 7). Deste ponto de vista, o mercado teria o papel de reorientar os fluxos de energia e materiais que sustentam as atividades econômicas. Isso implica considerar o mercado como um instrumento capaz de promover formas mais equitativas de apropriação e distribuição da riqueza gerada pelo setor.

4 A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO BRASIL

No Brasil, as raízes do movimento orgânico e/ou agroecológico remontam ao final da década de 1970, quando um conjunto de iniciativas locais buscando uma agricultura alternativa ao modelo da modernização conservadora começou a florescer em diferentes regiões brasileiras a partir da iniciativa de diversas organizações não governamentais (ONGs) em parceria com movimentos sociais e organizações de agricultores familiares.¹⁶ No entanto, somente em 2003, foi aprovada a Lei nº 10.831, que dispõe sobre agricultura orgânica no Brasil e se constitui como eixo orientador do marco regulatório, abarcando diferentes tipos de sistemas alternativos – ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo,

15. De acordo com as estimativas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), as porcentagens da população rural em situação de pobreza e de pobreza extrema, em 2016, alcançaram, respectivamente, 48,65% e 22,5% na região, sendo que esses indicadores se mostraram ascendentes a partir de 2014. Essas taxas são muito superiores às registradas nas áreas urbanas, onde 26,8% da população se encontra em situação de pobreza e 7,2% em situação de extrema pobreza (FAO, 2018).

16. Mais detalhes sobre a trajetória de construção do movimento agroecológico e/ou orgânico no Brasil, consultar: Brandenburg (2002), Luzzi (2007), Sambuichi *et al.* (2017) e Schmitt *et al.* (2017).

biológico, agroecológico, permacultura e outros. A legislação e a institucionalização de políticas públicas decorrentes desse arcabouço legal projetaram o Brasil internacionalmente como um dos países que mais avançaram em favor da produção e comercialização orgânica (Sambuichi *et al.*, 2017; Schmitt *et al.*, 2017).

Não se pode ignorar, contudo, os limites e os obstáculos enfrentados para a promoção e o desenvolvimento de uma agricultura social e ambientalmente mais sustentável. Além dos desafios mundiais apresentados nas subseções anteriores, destaca-se o cenário agrário brasileiro, onde o modelo da agricultura empresarial – denominado agronegócio – baseado em grandes propriedades de monocultura com uso intensivo de insumos químicos, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas e mecanização pesada, se tornou prioridade na agenda macroeconômica e na política agrícola interna.

As assimetrias entre esses dois modelos coexistentes – que podem ser designados de forma genérica como “desenvolvimento rural sustentável e solidário” e “modernização do campo”¹⁷ – não se restringem somente aos distintos projetos propostos para o campo, mas envolvem também as disputas relativas ao poder político e econômico dentro do aparelho do Estado. Os avanços mais estruturais para a construção de modelos alternativos de desenvolvimento rural alcançados, nas últimas duas décadas, vêm mingando ou regredindo, especialmente aqueles destinados à agricultura familiar nos últimos cinco anos.¹⁸ Embora essa categoria enfrente uma maior fragilidade histórica em relação a aportes – econômico, institucional, organizacional e técnica – do Estado brasileiro, ela se mostra portadora da diversidade de cultivos, de conhecimentos associados ao manejo agrícola e ao uso das plantas, de saberes e modos específicos de processamento, além de ser responsável pela vivacidade do tecido social rural e pela multiplicidade de modos de vida nas distintas paisagens brasileiras.

É nesse cenário paradoxo e ambíguo que se assentam outros desafios para o crescimento e o fortalecimento da produção e do consumo de produtos orgânicos no Brasil. Uma das principais limitações se refere aos dados imprecisos e assistemáticos sobre a produção e o consumo de orgânicos no país, o que dificulta acompanhar e elaborar uma série histórica do desenvolvimento da produção e da comercialização. De acordo com Ming Liu, diretor do Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável

17. Essa discussão foi desenvolvida em Ipea (2018).

18. Para uma análise mais detalhada, consultar Ipea (2018; 2019).

(Organis), essa situação constitui um grande entrave à expansão do setor, uma vez que a ausência de informações quantitativas confiáveis dificulta a elaboração de um plano estratégico com ações de longo prazo (Liu, 2018).

Sylvia Wachsner,¹⁹ coordenadora do Centro de Inteligência em Orgânicos (CI Orgânicos), mantido pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), compartilha a mesma preocupação, visto que “não há estatísticas que permitam conhecer, mesmo nas grandes culturas [manejadas organicamente], quanto o Brasil produz e, sem esses dados, fica difícil mensurar o mercado”. Para a coordenadora do CI Orgânicos, essas informações seriam “essenciais para melhorar a produção, auxiliar o setor público a entender melhor a produção dos Estados, além de priorizar e organizar os investimentos”.

Na realidade, existem alguns dados oficiais que colaboram para delinear o setor de orgânicos no Brasil. Todavia, há diferenças significativas que precisam ser refinadas e compreendidas a fim de se obter maior precisão dessas informações. A primeira fonte de relevância é o Censo Agropecuário, que abrange informações detalhadas sobre os produtores rurais, os estabelecimentos agropecuários²⁰ e as atividades neles desenvolvidas. Os resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), apontam a existência de 68.716 estabelecimentos agropecuários certificados,²¹ nos quais o responsável declarou que fazia uso da agricultura e/ou pecuária orgânica: do total, 39.643 estabelecimentos se dedicavam à produção vegetal, 18.215 estabelecimentos possuíam produção animal e 10.858 estabelecimentos tinham produção vegetal e animal orgânicas. O Censo Agropecuário anterior, de 2006, havia registrado 90.497 estabelecimentos agropecuários orgânicos, dos quais 5.106 estabelecimentos foram declarados certificados pelos responsáveis, enquanto 85.392 estabelecimentos foram registrados orgânicos, mas não eram ainda

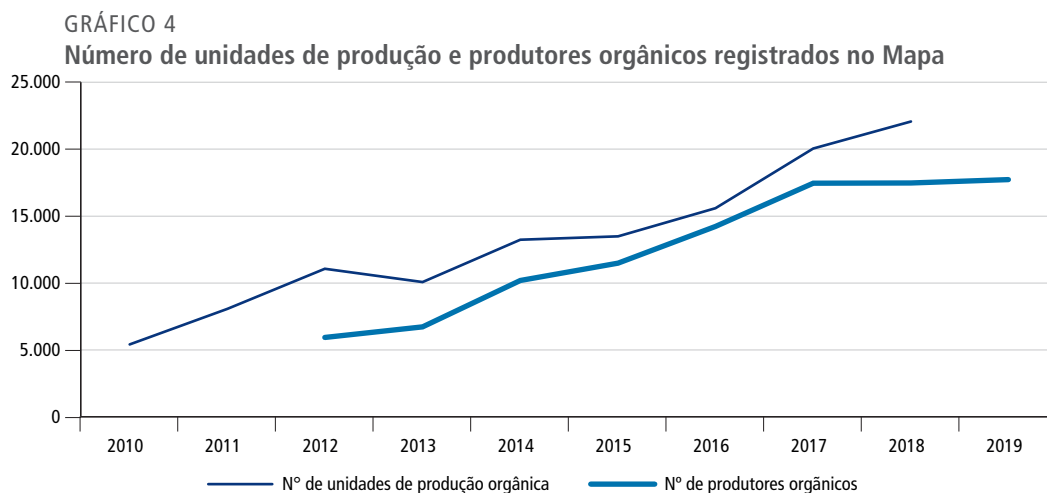
19. Disponível em: <<https://bit.ly/2nidGvu>>. Acesso em: fev. 2019.

20. No Censo Agropecuário, o estabelecimento agropecuário é definido como “toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (...) ou de sua localização (...) tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).” Mais informações, consultar IBGE (2017a).

21. No Censo Agropecuário 2017, produção orgânica foi considerada aquela definida pela Lei nº 10.831/2003, onde o “produtor adota algum sistema de produção agropecuária que não admita o uso de insumos artificiais (adubos químicos, agrotóxicos, organismos geneticamente modificados pelo homem – OGM ou outros), além de obrigar a adoção de medidas para a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente. A agricultura é considerada orgânica mediante avaliação de instituição certificadora, salvo os casos de certificação facultativa, previstos na Lei nº 10.831, art. 3º, § 1º, que assegura aos agricultores e familiares previamente cadastrados junto a órgãos fiscalizadores dessa atividade, a condição de produtores agropecuários orgânicos” (IBGE, 2017b, p. 71).

certificados (IBGE, 2009). Como houve uma mudança no conceito das variáveis nos dois censos agropecuários e uma redução do número de perguntas do roteiro de entrevista do último censo, não é possível estabelecer uma comparação confiável entre os dois resultados. Em princípio, parece ter ocorrido um aumento da quantidade de estabelecimentos agropecuários declarados orgânicos e certificados nesse período, ou seja, de 5.106 para 68.716 estabelecimentos. Entretanto, a mudança metodológica impede que tal avaliação seja realizada com segurança.

Já o Mapa apresenta outra fonte de dados oficiais: o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO).²² De caráter obrigatório, esse cadastro registra produtores orgânicos certificados (pessoas físicas ou jurídicas) de acordo com a legislação vigente. As informações são repassadas e atualizadas pelos organismos certificadores ou pelas superintendências federais da agricultura dos estados, responsáveis pela inserção ou retirada dos produtores do cadastro. A partir dessa fonte, registraram-se mais de 17 mil produtores e de 22 mil unidades de produção orgânica²³ (gráfico 4) em 2018.



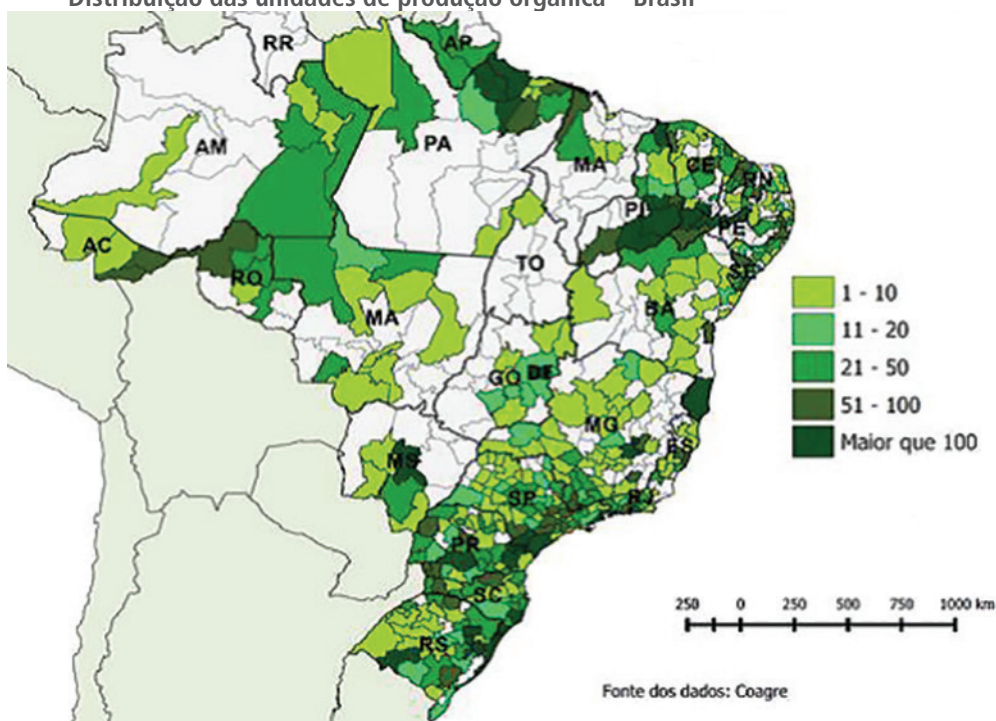
Fonte: Brasil (2019a).

22. De acordo com o Decreto nº 6.323/2007, produtor orgânico é “toda pessoa, física ou jurídica, responsável pela geração de produto orgânico, seja ele *in natura* ou processado, obtido em sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local” (Brasil, 2007).

23. De acordo com o Decreto nº 6.323/2007, unidade de produção é “o empreendimento destinado à produção, manuseio ou processamento de produtos orgânicos” (Brasil, 2007). Já no manual do usuário para as certificadoras disponibilizado pelo Mapa, a unidade de produção orgânica é definida como a área, onde são produzidos os produtos orgânicos como: sítios e fazendas. A unidade de produção possui dois tipos de exploração: coletiva e individual (Brasil, [s.d.]. Ver também reportagem do dia 1º de abril de 2019, disponível em: <<https://bit.ly/2HTzG9d>>. Acesso em: abr. 2019.

Como se observa no gráfico 4, constata-se um crescimento médio anual de 19% de unidades de produção orgânica, entre 2010 e 2018, e um aumento médio anual de quase 17% do número de produtores orgânicos registrados no Mapa nos últimos sete anos no país. Essas unidades de produção orgânica estão distribuídas em todas as regiões brasileiras com maior concentração na região Nordeste (com destaque para a divisa entre Bahia, Pernambuco, Piauí e Ceará), na região Sul e em parte dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (mapa 1).

MAPA 1
Distribuição das unidades de produção orgânica – Brasil



Fonte: Lira (2018).

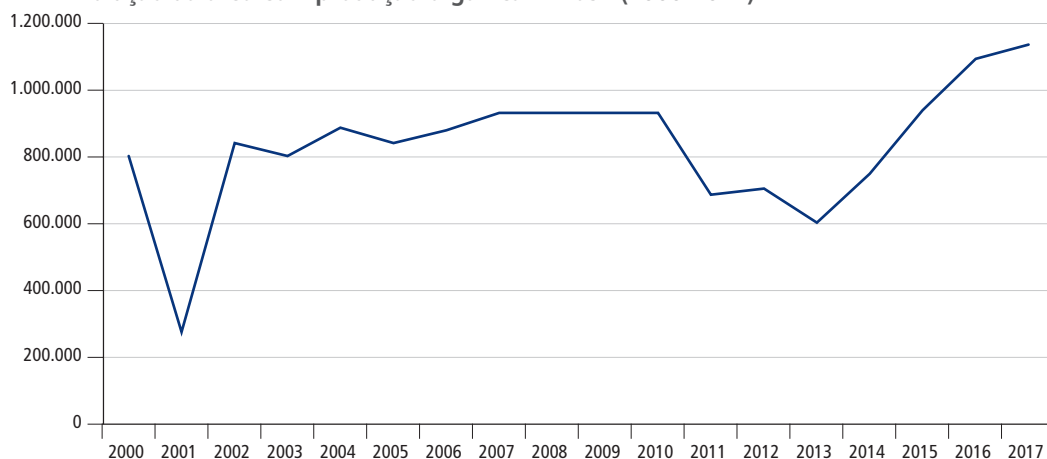
Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Embora possibilite a visualização da localização das unidades de produção orgânica no país, as informações sobre os produtos orgânicos do cadastro do Mapa ainda estão incompletas. No cadastro, não contêm, por exemplo, dados sobre os tipos de produtos ou atividades para todos os produtores, nem o volume de produção e comercialização. É importante destacar que a ausência detalhada dessas informações prejudica o planejamento, os investimentos e as pesquisas, tanto públicos quanto privados, o que compromete o desenvolvimento e a avaliação desse setor em plena ascensão no mundo.

Apesar de os dados oficiais em relação à área agrícola e às vendas no varejo ainda não estarem consolidados, o FiBL Statistic²⁴ disponibiliza algumas informações baseadas no cruzamento de estimativas das certificadoras de orgânicos, dos especialistas da área e do Mapa. Assim, se calcula que a área agrícola ocupada pela produção orgânica no Brasil, em 2017, ultrapassou 1,13 milhão de hectares (representando 0,4% da área agricultável brasileira) com mais de 15 mil produtores. Em 2000, a área ocupada com produção de orgânicos era de 803 mil hectares, ou seja, ocorreu um aumento médio anual de 2% entre 2000 e 2017. Observa-se, todavia, que ocorreram oscilações dos valores registrados pelo FiBL Statistic²⁵ no período analisado, conforme demonstrado no gráfico 5.²⁶

GRÁFICO 5

Evolução da área com produção orgânica – Brasil (2000-2017)



Fonte: FiBL Statistic. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4reopdq>>. Elaboração dos autores.

Além da área agrícola brasileira com produção orgânica, Willer e Lernoud (2019) apontam que havia mais 1.209.773 hectares, em 2011, com áreas consideradas orgânicas destinadas à apicultura e ao extrativismo, com destaque para a produção e a coleta de castanhas. No entanto, não há informações disponíveis sobre o volume de produção dessas oleaginosas orgânicas e das atividades não agrícolas, como a aquicultura orgânica.

24. Informações disponíveis em: <<https://tinyurl.com/y4reopdq>>.

25. Informações disponíveis em: <<https://tinyurl.com/y4reopdq>>.

26. É importante recordar que os dados da FiBL são estimativas fornecidas por atores-chave do setor. Não há dados oficiais no Brasil para a elaboração de uma série histórica dentro do período.

Com relação à produção apícola, as autoras apontam que o Brasil é o país com maior número de colmeias orgânicas no mundo, com 898.640 unidades. A tendência é que a produção apícola continue crescendo devido à ascensão da demanda por mel e outros produtos apícolas orgânicos, especialmente pelo mercado externo.²⁷ Além das castanhas e do mel, outro produto de destaque para exportação é o açúcar. No Brasil, se localizam as duas maiores empresas produtoras mundiais de açúcar orgânico: Grupo Balbo e Jalles Machado. A primeira, detentora da marca Native, é a maior produtora mundial de açúcar e álcool orgânicos. Com uma produção de 87 mil toneladas de açúcar orgânico e 8,3 milhões de litros de etanol hidratado neutro, esses produtos são exportados para 64 países. Já a Jalles Machado, proprietária da marca Itajá, exporta para mais de vinte países e é a segunda maior produtora mundial de açúcar orgânico, com uma produção que se aproxima de 45 mil toneladas por safra, com expectativa de expansão para 70 mil toneladas até 2020.²⁸

Uma reportagem da BBC Brasil, em 2017, destacou o Brasil como o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, com um volume de mais de 27 mil toneladas produzidas em 22 assentamentos rurais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Rio Grande do Sul, envolvendo 616 famílias gaúchas. De acordo com a reportagem, 30% dessa produção são exportados para os Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Nova Zelândia, Noruega, Chile e México. O restante é escoado para o mercado doméstico e institucional, por meio de compras públicas pelos órgãos governamentais (Sperb, 2017).

Para facilitar esse processo de exportação da produção orgânica, foi firmado, em setembro de 2018, um acordo de equivalência, entre Brasil e Chile. Esse é o primeiro acordo de reconhecimento mútuo de certificação de produtos orgânicos na América Latina. Os produtos envolvidos inicialmente nesse tratado comercial ainda serão definidos pelas autoridades sanitárias, assim como os selos oficiais e os rótulos comuns, que serão estabelecidos para comprovar a autenticidade dos produtos. Dessa forma, o objetivo é aumentar as exportações e possibilitar que pequenos produtores também possam participar dessas transações comerciais devido às reduções dos custos com a

27. De acordo com a reportagem da SNA, o mel orgânico é praticamente todo exportado, sendo que 70% desta produção se destina aos Estados Unidos, mas também segue para alguns países europeus, Japão, China, Hong Kong, Argentina, Peru e Uruguai (Mel..., 2017).

28. Mais informações, ver: <<http://www.canaverde.com.br/produtos/>> e <<https://bit.ly/2m9mYtR>>.

dispensa da contratação de empresa certificadora, uma vez que as normativas chilenas reconhecem, assim como as brasileiras, a certificação dos produtos orgânicos por meio do Sistema Participativo de Garantia²⁹ (SPG), no mesmo patamar que a certificação feita por auditoria (certificação privada) (Brasil, 2019b).

Além desse cenário externo favorável para os produtos orgânicos, observa-se também uma tendência positiva no mercado consumidor brasileiro – considerado o maior da América Latina –, impulsionada pela classe média que busca alimentos mais saudáveis.³⁰ Produtos orgânicos *in natura* – verduras, legumes e frutas – são os mais consumidos no Brasil. Segundo Willer e Lernoud (2019), as vendas no varejo registraram € 778 milhões e as exportações de produtos orgânicos alcançaram € 126 milhões em 2016. Já a projeção de faturamento do setor de alimentos orgânicos, em 2018, pelo Conselho Nacional da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), foi de R\$ 4 bilhões, seguindo a tendência de crescimento de 25% a.a., registrada desde 2015.³¹ Os cálculos se baseiam no aumento das exportações, no surgimento de novas empresas e na variedade de produtos lançados periodicamente (Silvano, 2018).

Embora esses valores estejam bem abaixo do *ranking* dos países com maiores vendas de orgânicos no varejo (tabela 4), grandes corporações multinacionais no setor de orgânicos também têm ampliado seus investimentos no Brasil. O acelerado crescimento da demanda e da pressão pelos consumidores por alimentos mais saudáveis, além da redução de ganhos e participação no mercado de alimentos³² para rivais de menor porte, contribui para que essas grandes multinacionais invistam na mudança das formulações dos seus produtos, adquiram outras empresas e se aproximem de *startups*, a fim de colocar mais rapidamente no mercado produtos que atendam às novas exigências dos consumidores (Bouças, 2018; CI orgânicos, 2018).

29. A diferenciação dos processos de certificação de produtos orgânicos, no Brasil, será abordada com mais detalhes adiante.
30. De forma geral, alimentos saudáveis são aqueles que proporcionam o resgate de hábitos alimentares regionais, que estimula o consumo de alimentos *in natura* produzidos em nível local com alto valor nutritivo, levando em conta a sanidade da produção até o consumo (Brasil, 2010). Já produtos processados ou industrializados considerados mais saudáveis são aqueles que apresentam uma redução (ou ausência) de açúcar, sódio, gorduras e aditivos químicos, tais como: conservantes, estabilizantes, edulcorantes, entre outros.

31. Mais detalhes em: <<https://bit.ly/2PgVBM5>>. Acesso em: mar. 2019.

32. Com base nos dados da Euromonitor Internacional, a reportagem do jornal *Valor Econômico* informou que as grandes corporações de alimentos perderam participação no mercado global entre 2012 e 2017. “A fatia da Nestlé no mercado mundial caiu de 3% para 2,8%; a Mondelez, de 2,1% para 1,9%; a da Unilever, de 1,7% para 1,5; a da Coca-Cola, de 19,8% para 17,6%; e da Pepsico, de 9,6% para 8,4%” (Bouças, 2018). Assim, essas empresas aumentaram significativamente o investimento na produção de alimentos mais saudáveis, não restringindo seu portfólio de produtos somente aos orgânicos. Mais informações, consultar reportagem do Centro de Inteligência de Orgânicos: <<https://bit.ly/2JAKFRu>>.

Nesse contexto, se destaca a aquisição de 100% da empresa brasileira Mãe Terra, que produz alimentos naturais e orgânicos, pela Unilever, em 2017. Considerada a nona maior empresa brasileira do segmento, a receita anual da Mãe Terra atingiu R\$ 100 milhões, com um crescimento anual de 30% (Bouças, 2017; Sheller, 2017). Outro destaque é o investimento da Nestlé na produção de alimentos orgânicos no Brasil com o início da comercialização da aveia orgânica, em 2018, e a previsão de lançamento de leite orgânico, em 2019. Desde 2018, a empresa já investiu R\$ 23 milhões em um laboratório de controle de qualidade com foco em orgânicos, a fim de lançar novas linhas de alimentos (Silvano, 2018).

Seguindo também uma tendência mundial, o próprio setor varejista tem investido em marcas próprias de produtos orgânicos e criado seções especiais nas unidades para a venda de orgânicos, como são os casos dos Grupos Pão de Açúcar (GPA) e Carrefour, os maiores varejistas no Brasil. Embora o varejo convencional (supermercado) seja o principal canal de comercialização de produtos orgânicos no país, há outros importantes canais de distribuição de orgânicos, como feiras, lojas especializadas, comunidades que sustentam a agricultura (CSA), clubes de compra, entre outros (Kluth, Bocchi Júnior e Censkowsky, 2011; Sahota, 2019; Organics,³³ 2017). Esses canais contribuem para que os alimentos orgânicos possam estar mais acessíveis aos consumidores, uma vez que os preços elevados e a falta de lugares próximos para a compra são os dois principais motivos que impedem as pessoas de consumir mais orgânicos (Idec, 2012; Organics, 2017).

Desse modo, as feiras se tornam locais importantes, visto que os preços dos produtos *in natura* orgânicos são normalmente mais baixos do que os praticados em supermercados, como já apontaram algumas pesquisas (Idec, 2010; Instituto Terra Mater e Instituto Kairós, 2015). Sem intermediários, as feiras dos produtores rurais possibilitam ainda a reconstrução do vínculo direto entre produtores e consumidores, a valorização dos circuitos curtos locais e dos produtos regionais, o fomento a novos parâmetros de qualidade e novas práticas de produção, distribuição e consumo no âmbito do sistema agroalimentar (Schmitt e Grisa, 2013).

33. A Organics realizou uma *Pesquisa de consumo de produtos orgânicos no Brasil*, em 2017, na qual foram entrevistados 905 consumidores, residentes em nove capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia e Brasília. Os resultados da pesquisa apontam que os produtos orgânicos são comprados em supermercados por 52% dos consumidores no Centro-Oeste; 53% no Nordeste; 69% no Sudeste 69%; e 71% no Sul. A margem de erro da pesquisa é de 3,3% para mais ou para menos (Organics, 2017).

De acordo com o Idec, existem 841 feiras ou iniciativas³⁴ onde ocorre a venda de produtos orgânicos no Brasil (Idec, 2019). Já o Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional³⁵ (MapaSAN) realizado, em 2015, pelo extinto Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), apontou novecentos municípios brasileiros³⁶ onde existiam uma ou mais feiras livres que vendiam produtos orgânicos ou de base agroecológicas.³⁷ no total, 1.615 feiras comercializavam parcialmente produtos orgânicos ou de base agroecológica, e 814 realizam vendas exclusivas desses produtos.

Outro canal de escoamento da produção orgânica brasileira é a compra institucional, que ocorre por meio de compras públicas pelos órgãos governamentais. Esses programas públicos possibilitam a geração de um serviço de alimentação saudável e sustentável, beneficiando não somente os consumidores, mas também criando oportunidades para pequenos produtores. Sob esse contexto, podem ser destacados o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais buscam adquirir a produção da agricultura familiar com a valorização da produção orgânica.

O PAA, criado em 2003, articula a compra pública de alimentos produzidos pela agricultura familiar com ações de segurança alimentar e nutricional, promovendo o acesso de segmentos mais vulneráveis da população a alimentos de qualidade. Desde

34. Dados disponibilizados no *site* do Idec: <<https://feirasorganicas.org.br/>>. Acesso em: mar. 2019.

35. O MapaSAN se constituía como uma ferramenta de pesquisa anual com o objetivo de aprimorar a gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Outra finalidade da pesquisa era “a produção de conhecimento e divulgação de informações sobre as estruturas do Sisan e as políticas públicas de SAN que visem à promoção do direito humano à alimentação adequada (DHAA) nos estados e municípios, ampliando os instrumentos de monitoramento, avaliação e divulgação de dados relevantes”.

36. No MapaSAN, 2.430 municípios responderam ao questionário disponibilizado, os quais representam 43% dos municípios brasileiros. Foram consideradas válidas as respostas de 2.389 municípios nas questões referentes às feiras livres.

37. Existe uma controvérsia, tanto do ponto de vista acadêmico quanto ideológico e político, em relação às terminologias empregadas para designar os produtos *orgânicos* ou *agroecológicos* no Brasil, como destacam Anjos e Caldas (2017). Assim, a agricultura orgânica se baseia em um sistema de produção que objetiva manter a produtividade agrícola sem o uso de insumos químicos industriais (fertilizantes, agrotóxicos etc.) com padrões e sistemas de mercado bem estabelecidos (Altieri e Nicholls, 2003). Enquanto a agricultura agroecológica, ou melhor, a agroecologia, busca alternativas não somente para os aspectos técnico-agronômicos, mas também abrange dimensões sociais, econômicas e culturais (Niederle, Almeida e Vezzani, 2013; Anjos e Caldas, 2017). Desse modo, propõe um projeto e um manejo sustentável dos agroecossistemas aplicando conceitos e princípios ecológicos vinculados a propostas alternativas de desenvolvimento local de maneira participativa. Isso permite impulsionar formas de produção e comercialização de alimentos e demais produtos agropecuários que contribuam na resposta a atual crise ecológica e social nas áreas rurais e urbanas (Guzmán e Montiel, 2010). De qualquer modo, a legislação brasileira optou pelo termo orgânico, que aglutinou as diferentes agriculturas de base ecológica (biodinâmica, biológica, natural, agroecológica, permacultura, entre outras).

o início das operações do programa – pela Resolução nº 12 do Grupo Gestor do PAA, de 21 de maio de 2004 –, ficou definido que o preço de referência para a aquisição de produtos agroecológicos ou orgânicos teria um acréscimo de até 30% sobre o valor dos convencionais. Esse diferencial de remuneração, cujo objetivo tem sido estimular a transição a práticas orgânicas de produção na agricultura familiar, assinalou a inclusão do paradigma da produção orgânica nas políticas públicas de desenvolvimento rural (Galindo, 2014).

Em 2016, com a promulgação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), estabeleceu-se, como meta para o PAA, que, até 2019, pelo menos 5% dos recursos aplicados anualmente pelo programa fossem destinados à aquisição de produtos orgânicos ou de base agroecológica. Conjugadas, essas estratégias de priorização tiveram, como resultado recente, um aumento significativo da participação dos orgânicos nas compras feitas no âmbito do PAA: de 2013 a 2018, a proporção de orgânicos adquiridos no âmbito do PAA-Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) subiu, em termos de volume, de 2,2% para 6%. Ao longo desse período, foram adquiridas 11,6 mil toneladas de produtos orgânicos pelo programa, a um valor total de cerca de R\$ 30 milhões. Uma consequência adicional importante desse processo foi a formalização de muitos produtores, que praticavam a agricultura orgânica, mas não tinham certificação.³⁸

O PNAE, por sua vez, existe, como política pública desde 1955, e expandiu-se, ao longo dos anos, como programa de alimentação escolar que garante, em números atuais, a provisão diária de refeições a mais de 40 milhões de crianças e adolescentes em escolas da rede pública de todo o país. Em 2009, por efeito da Lei nº 11.947, o PNAE, ampliado, passou a incorporar uma cláusula importante em termos de garantia da qualidade da alimentação: o novo dispositivo estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados à compra de alimentos para a merenda escolar fossem investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.³⁹ Assim como o PAA, o PNAE também prioriza a aquisição de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, remunerando em até 30% a mais – em relação ao produto convencional – os agricultores familiares que vendem alimentos orgânicos ao programa.⁴⁰

38. Ver: <<https://bit.ly/2Wy4Mdj>>. Com o aumento da demanda por orgânicos, muitos produtores familiares têm aderido ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

39 Para mais informações sobre o PNAE, ver: <<https://bit.ly/2JSExA>>.

40. Para uma análise ampliada e conjunta do PAA e do PNAE, ver: <<https://bit.ly/2niqS3u>>.

Em 2017, a proporção média de aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE estava em 21,61%, mas 2.704 municípios brasileiros – quase metade do total – cumpriam ou superavam a cota de destinação de 30% dos recursos da merenda escolar à compra de produtos da agricultura familiar. O volume de recursos investidos na compra de orgânicos, que chegou à sua melhor escala em termos absolutos em 2014 – R\$ 112,5 milhões, 3,1% do total dos recursos do programa –, sofreu sucessivas quedas nos anos subsequentes até estacionar no patamar de R\$ 69,5 milhões, em 2017, representando apenas 1,9% do total das aquisições. Não obstante, a agricultura familiar respondeu, naquele ano, por três quartos de todo o valor destinado à compra de orgânicos pelo PNAE.⁴¹

Desse modo, a promoção do consumo de alimentos da agricultura familiar e orgânica/agroecológica nas redes públicas e filantrópicas de ensino, nas redes socioassistenciais, nos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, entre outros espaços político-institucionais colabora para a “conformação de um consumo político que reconhece e valoriza a agricultura familiar e preocupa-se com a forma como o alimento foi produzido e seus valores intrínsecos” (Schmitt e Grisa, 2013, p. 248). Ao mesmo tempo, o desempenho da produção orgânica/agroecológica nos programas de compra pública demonstra a capacidade da agricultura familiar em fornecer alimentos de qualidade, fomentar a diversificação da produção agrícola e o consumo de alimentos regionais e locais, o que contribui na valorização da cultura alimentar, das práticas de produção e das relações sociais locais.

Com a circulação de produtos orgânicos em diferentes canais de comercialização, um dos desafios para os agricultores se constitui no cumprimento de um conjunto de especificações – escala de produção, diversificação dos produtos, regularidade de entrega, padrões de qualidade –, além do processo de certificação (Niederle, Almeida e Vezzani, 2013). A partir da publicação da Lei nº 10.831/2003,⁴² os produtos orgânicos devem ser certificados para sua comercialização por organismos reconhecidos oficialmente, e os produtores devem inscrever-se no CNPO do Mapa. A certificação pode ocorrer por meio de três mecanismos: *i*) contratação de uma certificadora por auditoria credenciada; *ii*) SPG; e *iii*) controle social na venda direta sem certificação (Brasil, [s.d.]).

41. Informações do SIGPC/FNDE, extraídas pela equipe do FNDE em março de 2019. Os dados gerais estão disponíveis em: <<https://bit.ly/2nTQ7tr>>.

42. A Lei nº 10.831/2003 dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

O primeiro caso se refere ao procedimento mais utilizado internacionalmente: por meio dessa modalidade, uma empresa certificadora é contratada a fim de realizar uma avaliação de conformidade dos requisitos da produção. No Brasil, há onze empresas⁴³ credenciadas no Mapa, sendo que algumas certificam a produção orgânica voltada à exportação, atendendo aos regulamentos e às normativas dos principais países importadores. Esse processo, como aludido outrora, envolve elevados custos e requisitos técnicos, tanto para a empresa certificadora quanto para o produtor rural.

O Sistema Participativo de Garantia se caracteriza pelo controle social e pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, os quais podem ser produtores, comerciantes, consumidores, técnicos e interessados, a fim de acompanhar e monitorar as conformidades e as exigências técnicas da produção orgânica. O SPG é formado basicamente por dois componentes: os membros do sistema e a organização participativa de avaliação da conformidade (Opac). Esta organização é legal e credenciada junto ao Mapa. Ela assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas no SPG e responde pela emissão do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg (Brasil, 2008).

A certificação dos produtores por meio do SPG ocorre com a participação ativa das partes interessadas, baseada na confiança e na troca de conhecimentos, com uso das redes sociais como instrumento de comunicação. Assim, o SPG se mostrou uma ferramenta eficaz no desenvolvimento de mercados locais para os produtos orgânicos e apropriado para os pequenos produtores. O Brasil foi o primeiro país, em 2007,⁴⁴ a reconhecer que as certificações por meio do SPG são equivalentes àquelas realizadas pelas empresas certificadoras com o objetivo de garantir a qualidade dos produtos orgânicos. Atualmente, há 25 organismos participativos⁴⁵ de avaliação da conformidade orgânica no país. Contudo, os produtos orgânicos certificados pelo SPG se destinam predominantemente ao mercado doméstico, sendo necessária, para a exportação, a certificação de um organismo terceirizado que atenda aos procedimentos de avaliação de conformidade e as normativas impostas pelo país importador (Castro e Varini, 2018).

43. Dados disponíveis no site do Mapa: <<https://bit.ly/2ni8p7u>>. Acesso em: mar. 2019.

44. O Decreto nº 6.323/2007 regulamentou a Lei nº 10.831/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e estabeleceu regras mais precisas para o sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica.

45. Dados disponíveis no site do Mapa: <<https://bit.ly/2ni8p7u>>. Acesso em: mar. 2019.

E o terceiro mecanismo é o controle social na venda direta sem certificação, que ocorre entre o agricultor familiar e o consumidor final, sem intermediários. O produtor, no entanto, deve ser credenciado a uma organização de controle social (OCS) cadastrada em órgão fiscalizador oficial (superintendências federais da agricultura do estado ou outros órgãos estaduais, federais e do Distrito Federal ou conveniados). A OCS “deve ter controle próprio, estar ativa e garantir que os produtores a ela ligados garantam o direito de visita dos consumidores às suas unidades de produção, assim como o livre acesso do órgão fiscalizador” (Brasil, 2008, p. 40). Essa modalidade de certificação habilita os agricultores a vender seus produtos como orgânicos diretamente para o consumidor em feiras ou para programas públicos, como o PAA e o PNAE.

Niederle, Almeida e Vezzani (2013) assinalam que a institucionalização desses três mecanismos de certificação demonstra a heterogeneidade dos sistemas de produção e comercialização de produtos orgânicos no Brasil, o que contribuiu para aumentar o interesse de outros países, especialmente em relação ao SPG, e garante um equilíbrio na dinâmica do mercado, criando condições para seu desenvolvimento. No entanto, Castro e Varini (2018) ponderam que a crescente institucionalização do SPG, em alguns países, apresentou alguns desafios em razão das estruturas hierárquicas e das exigências de procedimentos burocráticos dos órgãos estatais, o que pode contrariar os valores originais do SPG, como participação e horizontalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da produção e da venda de orgânicos, nos últimos anos, aponta uma tendência dos consumidores que vem priorizando produtos com qualidades diferenciadas, incluindo preocupações com os impactos ambientais, os riscos à saúde, os valores éticos no processo produtivo e no abastecimento, a valorização dos produtores e dos trabalhadores rurais, entre outras. Apesar disso, os desafios elencados no decorrer do trabalho permitem reflexões sobre os rumos entre a proposta inicial do movimento orgânico e a ascensão do mercado mundial de orgânicos, que vem se caracterizando pela concentração da demanda (tanto em termos territoriais como socioeconômicos), pela onerosidade do processo de certificação e pelo dispêndio energético nas longas cadeias de abastecimento. Isso contribui para a configuração de um mercado consumidor mais elitizado e/ou a formação de um nicho mercadológico, o que destoa dos princípios primordiais do movimento orgânico, sustentados pela Ifoam.

Embora se verifiquem os reflexos do movimento mercadológico mundial no Brasil, foram destacadas as especificidades e as potencialidades da produção e do mercado de orgânicos internamente. O processo de certificação via Sistema Participativo de Garantia e a comercialização de produtos orgânicos por meio de mercados institucionais chamam atenção de estudiosos e formuladores de políticas em outros países que se interessam pela experiência brasileira. A implementação dessas políticas públicas somente foi possível pela constituição de um arcabouço institucional-legal, que reconheceu e incorporou a diversidade de formas de produção, monitoramento e comercialização de produtos orgânicos. Isso também possibilitou a valorização dos produtos locais e ajudou a promover a produção para o autoconsumo – e, com isto, a segurança alimentar – dos agricultores familiares.

Esse processo transcorreu devido ao envolvimento e à participação de diferentes atores sociais que buscam novos paradigmas para a agricultura e novos padrões de consumo permeados por valores como justiça social e sustentabilidade ambiental. Uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto Datafolha em julho de 2019 indicou que 72% da população acredita que os alimentos consumidos no país têm mais agrotóxicos do que deveriam. Além disso, 78% dos brasileiros afirmam, a partir das informações a que têm acesso, que o consumo de alimentos com agrotóxicos é muito ou, ao menos, um pouco inseguro para a saúde humana. Como os dados⁴⁶ apresentam variações pouco acentuadas entre os diversos perfis (cor/raça, nível de instrução, renda, preferência política, entre outros) definidos na amostra, pode-se presumir que a preocupação com a alimentação saudável tem sido compartilhada pelos mais diferentes segmentos da população como uma pauta de convergência. Essa tendência sinaliza não apenas para um imenso mercado consumidor em potencial para produtos orgânicos, com um largo horizonte de crescimento econômico para o setor, mas, também, para a existência de um consenso socialmente consolidado que poderia dar apoio à adoção de políticas públicas mais amplas de incentivo à produção de alimentos orgânicos, tornando-os mais baratos e mais acessíveis.

Não significa, contudo, que os desafios para o reconhecimento e a valorização da produção orgânica/agroecológica dos agricultores familiares ou a ampliação de acesso desses produtos para a população com menor poder aquisitivo foram resolvidos no Brasil. Ao contrário, não se pode perder de vista que existem obstáculos estruturais e históricos, como a concentração de terras e recursos naturais, humanos e públicos e o modelo

46. Ver: <<https://bit.ly/2ncuPHd>>.

produtivo dominante do agronegócio, que impedem um avanço mais significativo da agricultura orgânica pautada nos seus princípios primordiais. Ademais, a persistência de diversos entraves produtivos, comerciais e logísticos e a ausência de incentivos fiscais e de assistência técnica especializada mais universalizada são fatores relevantes nessa análise. Outra barreira relevante ainda se refere à consolidação de dados oficiais de produção e comercialização de orgânicos no Brasil, visto que a falta de uniformidade e sistematização compromete o planejamento, a organização e o investimento, tanto do setor público quanto do privado, a médio e longo prazo. A superação desses obstáculos, portanto, poderá promover a ampliação das condições de acesso a alimentos mais saudáveis, a melhoria dos indicadores de saúde das populações expostas aos agrotóxicos, a redução da contaminação do ambiente por insumos químicos agrícolas, o manejo mais sustentável dos recursos naturais, a conservação dos recursos genéticos, entre outros.

De qualquer modo, uma análise sobre produção e consumo de orgânicos, levando em conta as condições macroestruturais nos países, é fundamental para uma compreensão e uma comparação mais minuciosa e contextualizada dos dados apresentados ao longo deste estudo, a fim de averiguar as estratégias e/ou os incentivos, que colaboram para construir e fortalecer o setor em cada localidade. Infere-se, assim, que estudos mais profundos possam incentivar a heterogeneidade de arranjos produtivos e canais de distribuição desse setor para que contribua de forma efetiva na articulação entre produção de alimentos saudáveis e conservação dos recursos naturais com a inclusão socioeconômica das populações.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. **Revista Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v. 14, n. 27, p. 141-152, jul./dez. 2003.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Uma resposta sólida a um regime agroalimentar em crise: o fenômeno GAS na Itália. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: v. 32, n. 95, 2017.
- BATLOGG, V.; SCHMID, O.; HUBER, B. Processed with care? Comparing different organic regulations and standards for major markets. *In*: WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). **The world of organic agriculture**. Statistics and emerging trends 2018. Frick: Research Institute of Organic Agriculture (FiBL); Bonn: IFOAM – Organics Internacional, 2018.
- BOUÇAS, C. Unilever compra Mãe Terra e prevê duplicar operação. **Valor Econômico**, São Paulo, 3 out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2m9DlGR>>. Acesso em: fev. 2019.

_____. Múltiplos alimentos perdem mercado e buscam inovação. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 jul. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2nSnMnr>>. Acesso em: fev. 2019.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora UFPR, n. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2T6kHdQ>>.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica**. Brasília: Mapa, 2008.

_____. Ministério da Saúde. **Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável**. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Em 7 anos, triplica o número de produtores orgânicos cadastrados no ministério**. Brasília: Mapa, 1º ago. 2019a. Disponível em: <<https://bit.ly/2HTzG9d>>. Acesso em: abr. 2019.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Brasil e Chile oficializam neste mês sistema comum de certificação de produtos orgânicos**. Brasília: Mapa, 1º ago. 2019b. Disponível em: <<https://bit.ly/2VcGq4T>>. Acesso em: abr. 2019.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Regularização da produção orgânica**. [s.d.]a. Disponível em: <<https://bit.ly/2nbyk04>>. Acesso em: mar. 2019.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Sistema de informações gerenciais da produção orgânica (Sigorgweb). **Manual do usuário: solicitação de cadastro de credenciamento de certificadora**. Brasília: Mapa, [s.d.]b. Disponível em: <<https://bit.ly/2nhVbaQ>>.

CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. Obstáculos à construção social da qualidade: o caso da tentativa de implantação de um SPG Andaluz. *In*: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 393.

CASTRO, F. M.; VARINI, F. PGS in 2017 – Trends and latest figures. *In*: WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). **The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2018**. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2018.

CI ORGÂNICOS – CENTRO DE INTELIGÊNCIA EM ORGÂNICOS. **Multinacionais de alimentos perdem mercado e procuram inovar**. Rio de Janeiro: Ciorgânicos, 17 jul. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2JAKFRu>>. Acesso em: mar. 2019.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Agricultura biológica: UE adota novas regras**. 22 maio 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2n0nASi>>. Acesso em: mar. 2019.

EMBAIXADA DA CHINA. **Escândalo de leite em pó contaminado surge novamente na China**. Brasília, 9 jul. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2n0pKRU>>. Acesso em: mar. 2019.

EUROPARL. Parlamento europeu. **Novas regras sobre os alimentos e a agricultura biológica**. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2F2WkpF>>. Acesso em: mar. 2019.

FAO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. **Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe: soluciones del siglo XXI para acabar con la pobreza en el campo**. Santiago, 2018.

FONSECA, M. F. A. C. **A institucionalização do mercado de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, agricultura e sociedade). Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

GALINDO, E. P. Compra de produtos agroecológicos pelo PAA. **Desafios do Desenvolvimento**, Ano 10, ed. 80, jun. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2moJCOG>>. Acesso em: 13 set. 2019.

GUZMÁN, E. S.; MONTIEL, M. S. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. *In*: CASARES, R. F-B; MONTIEL, M. S.; QUINTERO, C. M. **Patrimônio Cultural En La Nueva Ruralidad Andaluza**. Sevilla, Espanha: PH Cuadernos, n. 26, 2010.

HAUMANN, B. F. U.S. organic sales set new records. *In*: WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). **The world of organic agriculture**. Statistics and emerging trends 2018. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics Internacional, 2018.

_____. United States: new sales records. *In*: WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). **The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2019**. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics Internacional, 2019.

HUBER, B.; OTTO, S.; BATLOGG, V.; CASTRO, F. M. Public standards and legislation. *In*: WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). **The world of organic agriculture**. Statistics and emerging trends 2019. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics Internacional, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Censo Agropecuário 2017: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <<https://bit.ly/2smA3z8>>. Acesso em: mar. 2019.

_____. **Manual do recenseador**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

IDEC – INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Quer pagar quanto? **Revista do Idec**, São Paulo, n. 142, p. 16-20, abr. 2010.

_____. Rota dos orgânicos. **Revista do Idec**, São Paulo, n. 162, fev. 2012.

_____. **Mapa de feiras orgânicas**. Feiras orgânicas. 2019. Disponível em: <<https://feirasorganicas.org.br/>>. Acesso em: abr. 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise.** Desenvolvimento Rural. Brasília: Ipea, n. 25, 2018.

_____. **Boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise.** Desenvolvimento Rural. Brasília: Ipea, n. 26, 2019.

INSTITUTO TERRA MATER; INSTITUTO KAIROS. **Produtos sem veneno são sempre mais caros?** Piracicaba, São Paulo, ago. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2IBP94a>>. Acesso em: fev. 2019.

KLUTH, B.; BOCCHI JÚNIOR, U.; CENSKOWSKY, U. **Pesquisa sobre o comportamento e a percepção do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil – 2010.** München, Alemanha: Organic Services; Jundiaí, São Paulo: Vitalfood, 2011

LAWSON, A.; MONK, A.; COSBY, A. Australia. *In*: WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). **The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2018.** Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics Internacional, 2018.

LAWSON, A. *et al.* **Australian Organic Market Report 2018.** Nundah, Australia: Australian Organic Ltd, 2018.

LIRA, V. M. C. **Produção orgânica no Brasil.** Brasília: MAPA, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2nfb5i>>. Acesso em: mar. 2019.

LIU, M. Os desafios da agricultura orgânica para 2018. **Globorural**, jan. 2018. Disponível em: <<https://glo.bo/2nkamjr>>. Acesso em: fev. 2019.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais.** Tese (Doutorado em graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MASTRONARDI, L. *et al.* Exploring the role of farmers in short food supply chains: the case of Italy. **International Food and Agribusiness Management Review.** Wageningen, Holanda, v. 18, n. 2, 2015.

MEL orgânico brasileiro conquista mercados exigentes, destaca diretor da SNA. Rio de Janeiro: SNA, 3 mar. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2IDVyMl>>. Acesso em: abr. 2019.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Perspectivas agrícolas 2018-2027.** Paris, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2miGuUF>>. Acesso em: jul. 2019.

ORGANIS – CONSELHO BRASILEIRO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E SUSTENTÁVEL.

Consumo de produtos orgânicos no Brasil. Curitiba: Organics, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2DdpJkQ>>. Acesso em: fev. 2019.

OTA – ORGANIC TRADE ASSOCIATION. **Organic industry survey 2018.** Disponível em: <<https://ota.com/resources/organic-industry-survey>>. Acesso em: fev. 2019.

SAMBUICHI, R. H. *et al.* **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil:** uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017. p. 463.

SAHOTA, A. The global market for organic food & drink. *In:* WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). **The world of organic agriculture:** statistics and emerging trends 2018. Frick: FiBL; Bonn: Ifoam – Organics Internacional, 2018.

_____. The global market for organic food & drink. *In:* WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). **The world of organic agriculture.** Statistics and emerging trends 2019. Frick: FiBL; Bonn: Ifoam – Organics Internacional, 2019.

SCHMITT, C. J. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Revista Agriculturas.** Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, set. 2011.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. *In:* NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

SCHMITT, C. J. *et al.* La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la Agroecología. *In:* SABOURIN, E. *et al.* (Org.). **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe.** Porto Alegre: Evangraf/Criação Humana, 2017.

SHELLER, F. Unilever compra brasileira Mãe Terra, marca de produtos naturais. **Estadão,** São Paulo, 2 out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2n0oFtG>>. Acesso em: mar. 2019.

SILVANO, J. O projeto da Nestlé para lançar seu leite orgânico no Brasil em 2019. **Organicsnet,** Rio de Janeiro, 7 jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2sELG53>>. Acesso em: mar. 2019.

SPERB, P. Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. **BBC Brasil,** maio 2017. Disponível em: <<https://bbc.in/2nGqcls>>. Acesso em: fev. 2019.

VEZZANI, F. M.; NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. (Orgs.). **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

VOGT, G. The origins of organic farming. *In:* LOCKERETZ, W. (Ed.). **Organic farming:** an international history. Oxfordshire: CAB Internacional, 2007.

WEID, J. M. V. der. Agroecologia: condição para a segurança alimentar. **Revista Agriculturas.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, set. 2004.

WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). **The world of organic agriculture.** Statistics and emerging

trends 2018. Frick: FiBL; Bonn: Ifoam – Organics Internacional, 2018.

_____. **The world of organic agriculture:** statistics and emerging trends 2019. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics Internacional, 2019.

WILLER, H.; SCHAACK, D.; LERNOUD, J. Organic farming and market development in Europe and the European Union. *In:* WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). **The world of organic agriculture:** statistics and emerging trends 2018. Frick: FiBL; Bonn: Ifoam – Organics Internacional, 2018.

_____. Organic farming and market development in Europe and the European Union. *In:* WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). **The world of organic agriculture:** statistics and emerging trends 2019. Frick: FiBL; Bonn: Ifoam – Organics Internacional, 2019.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Ângela Pereira da Silva de Oliveira

Clicia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Alice Souza Lopes (estagiária)

Amanda Ramos Marques (estagiária)

Ana Luíza Araújo Aguiar (estagiária)

Hellen Pereira de Oliveira Fonseca (estagiária)

Ingrid Verena Sampaio Cerqueira Sodré (estagiária)

Isabella Silva Queiroz da Cunha (estagiária)

Lauane Campos Souza (estagiária)

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISSN 1415-4765

